

CULTURA DE MASSA E CULTURA POPULAR: QUESTÕES METODOLÓGICAS

Maria Sylvia Porto Alegre

Este trabalho se propõe a discutir certos aspectos metodológicos do estudo da cultura popular e suas relações com a comunicação de massa no Brasil, a partir da análise de uma pesquisa realizada por ECLEA BOSI — CULTURA DE MASSA E CULTURA POPULAR: leituras de operárias — apresentado inicialmente como tese ao Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo e publicado em 1973 (*) com apresentação de Dante Moreira Leite e prefácio de Otto Maria Carpeaux.

O trabalho de Ecléa Bosi insere-se na área da Sociologia da Comunicação e levanta questões bastante relevantes, tanto em termos dos pressupostos e referencial teórico que lhe servem de base, como no que se refere à construção de hipóteses e relações estabelecidas entre teoria e dado empírico.

Por se tratar de uma análise crítica, predominará nesta apreciação a busca das inconsistências internas da obra, sem que isso signifique o não reconhecimento da excelente contribuição dada por Ecléa Bosi ao estudo de um tema ainda pouco explorado pela sociologia brasileira.

O livro de Ecléa Bosi levanta algumas questões de importância fundamental na área da sociologia da comunicação

* BOSI, Ecléa, *Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias*, Petrópolis: Vozes, 1973.

e da cultura. Escrito em um momento em que poucos dos nossos pesquisadores preocupavam-se com os estudos do campo da cultura operária dentro da sociedade industrial, o principal mérito do livro está justamente em propor questões, em polemizar e tentar discutir quais as perspectivas culturais do trabalhador dentro dessa sociedade e qual o papel do intelectual e do pesquisador diante dessas perspectivas, se é que lhes cabe algum. Tema de tradicionais e incansáveis estudos nos países altamente industrializados, de base capitalista, a questão da "alta cultura" e da "cultura de massa" só recentemente, passadas algumas décadas de estudos preocupados com as questões infra-estruturais do nosso processo de formação e desenvolvimento capitalista, ganha o primeiro plano no interesse dos cientistas sociais e políticos brasileiros.

Por esta razão, é bastante válido o exame da contribuição do livro de Ecléa Bosi. Contribuição que se poderia definir, primordialmente, em termos de sua capacidade de problematização de questões já em si polêmicas: "há aproximação e quase identificação entre os meios de comunicação e os de cultura?", "os meios de comunicação de massa estão servindo satisfatoriamente à cultura popular?", "existe uma cultura popular (ou seja, uma realidade estruturada a partir das relações internas, no coração da sociedade) nas sociedades industriais?", "se existe, quais as relações que apresenta com a indústria cultural?", "a cultura de massa vai absorver a cultura popular?"

Para discutir essas questões, a autora organiza sua análise em três níveis, os dois primeiros de natureza teórica e o terceiro de natureza empírica, a partir de um estudo qualitativo, de caráter etnográfico, com 52 operárias de uma fábrica na zona oeste de São Paulo.

Seu quadro de referência teórica é dado pelos trabalhos de alguns dos principais estudiosos europeus da chamada "indústria cultural", em especial pelas colocações de Theodor Adorno e sua teoria crítica da produção e consumo de "bens culturais". Umberto Eco e Antonio Gramsci são também to-

mados como pontos de apoio, o primeiro em relação às teses sobre cultura e “estruturas de consolação”, que servem de base à hipótese central da pesquisa e o segundo como referencial para as considerações sobre cultura operária e literatura. Hannam Arendt, Edgard Morin, Georges Friedmann e Alain Touraine completam o quadro de “argumentos de autoridade”, sem contudo esgotar a bibliografia utilizada, bastante ampla e diferenciada, que percorre desde a escola funcionalista de Merton e Charles Wright até as análises em termos de “canal” e “código” de Marshall McLuhan e Edmar Carpenter, passando por cima talvez unicamente das explicações baseadas nas visões de “sociedade pluralista” de estudiosos como Paul Lazarsfeld, David Riesman e Wright Millis. A fonte de inspiração para a pesquisa parece ter sido a resenha periódica publicada pela revista francesa “Communications” (Paris, Ed. du Seuil).

A primeira crítica pertinente ao trabalho de Ecléa Bosi refere-se ao *uso e aplicação mecânica* que faz desses modelos teóricos. Sem entrar na questão de sua adequação e validade explicativa, (o que fugiria aos objetivos deste trabalho) nada, no livro de Ecléa Bosi, indica que ela tenha levado em conta, com a devida atenção, a possibilidade ou não de operar no Brasil com categorias analíticas como “classe operária”, “forças produtoras”, “indústria cultural”, etc., da mesma forma que o fazem Adorno ou Morin na Europa às vezes chamada “pós industrial”. Em nenhum momento considera a hipótese, por exemplo, de que a cultura de um país dependente é também dependente e que isso afeta toda a análise. Quanto às peculiaridades históricas de nossa cultura, só algumas breves referências, de resto dicutíveis.

Esta deficiência é ainda mais séria quando se observa que a autora tem como proposta apoiar-se em um eixo epistêmico macro-estrutural (classe social) e não psicossociológico, como é o caso de toda uma sociologia altamente atuante na pesquisa de comunicação de caráter funcional, assentada sobre os efeitos dos *mass média* sobre os indivíduos, e as funções e disfunções desses meios na sociedade.

Ecléa Bosi não só se propõe uma visão macro-estrutural como se percebe em seu discurso a preocupação com a dimensão histórica e a análise crítica. Preocupação que a leva a voltar-se para o *contexto social* ao qual se refere o processo de comunicação de massa e não para outras perspectivas possíveis (psicossocial, semiológica, teoria da informação, cibernética, etc.).

Procura, a partir daí, extrair os pontos comuns, as *convergências* dos vários modelos de explicação da cultura na sociedade industrial, cultura esta vista de forma sistemática e estruturada: “os vários fatores da comunicação operam interligados, compõem a estrutura de um sistema. O sistema é a indústria cultural, indústria enquanto complexo de produção de bens. Cultural, quanto ao tipo de bens” (pág. 40).

Dentro dessa perspectiva, e dando a tônica central à análise, a autora procura uma visão unificadora, mas acaba oscilando entre conceitos de estrutura e súpereestrutura, reduzindo e simplificando os quadros de referência, uma vez que não está preocupada com suas dissemelhanças e sim com seus pontos comuns. Esse *reducionismo* é a segunda falha mais evidente, principalmente porque deixa de considerar a dimensão política e ideológica do tema. A discussão da questão da ideologia como expressão cultural das formas de dominação, por exemplo, não chega a ser feita, apesar de ser peça fundamental na teoria da “indústria cultural”. O texto refere-se apenas tangencialmente ao problema, sem chegar a considerá-lo central na análise. Por vezes toca o tema, como quando interpreta a teoria de E. Morin sobre a produção da indústria cultural visando um “consumidor ideal”, da “sociedade de massa”, ou quando constata que a “elite do poder” tem uma “visão preconceituosa” do que é a massa. Gabriel Cohn, em seu rigoroso trabalho sobre teoria e ideologia da sociologia da comunicação, (*) chama atenção, por exemplo, para as diferenças entre Morin, que procede a uma análise contextual estruturalista, baseada na construção de “padrões-

* COHN, G., *Sociologia da Comunicação — Teoria e Ideologia*, S. Paulo, Pioneira, 1973.

modelos”, e Adorno, preocupado com a indústria cultural enquanto sistema que se articula, não a partir do consumidor real, mas em função do nivelamento de um “público massa” abstrato, ao qual uma realidade cultural é imposta, de cima para baixo. Para Adorno as massas não são a medida, mas a ideologia da indústria cultural.

Ao optar pelos aspectos convergentes dos diversos autores, a autora acaba caindo em uma posição que se poderia pretender “ecclética”, mas que na realidade é *ambigua*, pela impossibilidade de conciliação ou coexistência de certos aspectos das diferentes abordagens. Compare-se essa orientação com a de Gabriel Cohn, por exemplo, que percorre na obra acima citada o caminho oposto de buscar as divergências entre as escolas, o que o leva a optar por uma delas — a escola de Frankfurt; ou com a de Miriam Goldefeder em “Manipulação e Participação: a Rádio Nacional em debate” (tese de mestrado em ciências políticas pela Unicamp) que, pelo mesmo caminho, refuta Adorno e sua visão pessimista e “imobilista” da realidade para seguir a trilha mais “otimista” aberta por Gramsci, Eco e Morin, sobre as possibilidades de superação dessa realidade.

Dentro dessa ambiguidade, a não definição metodológica clara é uma constante em Ecléa Bosí. Mesmo quando reconhece que “a definição de cultura popular não é tarefa simples: depende da escolha de um ponto de vista e, em geral, implica tomada de posição” (pág. 53), não define sua posição. Começa citando Gramsci e as “estruturas ideológicas” da sociedade e termina se inclinndo para Dwight MacDonald e sua bipartição da cultura popular em “masscult” e “midcult”, *apud* Eco. Ora considera classe e massa como conceitos conflitantes, ora os confunde em um só conceito, o mesmo fazendo com cultura de massa e indústria cultural.

A ambiguidade e falta de clareza cristalizam-se na hipótese central: “o teor e os processos de composição da literatura de massa estariam subordinados a necessidades de evasão e de consolação... O que lê uma jovem industriária à noite ou nos fins de semana? Caso se encontrasse nas suas

leituras um *corpus* temático peculiar à sua situação objetiva de classe, ter-se-iam condições para afirmar a existência de uma literatura aderente aos problemas do meio operário. Em caso negativo, ter-se-á a confirmação de que a operária é mais um tipo de consumidor de produtos culturais fabricados em série, em função de certos efeitos” (pgs.. 75/76).

O que significa “um *corpus* temático peculiar à sua situação objetiva de classe”? Não há qualquer esclarecimento a respeito. Aliás, para se afirmar a existência ou não existência de uma literatura “aderente aos problemas do meio operário” o melhor caminho não parece ser entrevistar um punhado de operárias mas examinar essa literatura, o que não seria muito difícil, em um país onde a produção editorial é tão baixa. O aspecto mais integrante da hipótese, entretanto, é a observação “. . . em caso negativo, ter-se-á a confirmação de que a operária é mais um tipo de consumidor de produtos culturais. . .” Como, caso a operária leia fotonovelas, revistas em quadrinho ou romances policiais baratos, deixa de estar inserida em uma situação de classe e passa a existir em situação de massa?

Claro que a questão está mal formulada. Mais esclarecedora é a afirmação que faz a seguir, que remete ao problema da “consciência de classe” (que ela contudo não formula): “se no trabalho e no lazer corre o mesmo sangue social, é de se esperar que a alienação de um gere a evasão e processos compensatórios em outro” (pág. 76). E mais não diz sobre o assunto.

O resultado é que os problemas vão aparecer no plano empírico, demonstrando a importância dos pressupostos teóricos e metodológicos e da construção de conceitos operatórios adequados no estabelecimento de relações entre teoria e dado empírico.

Intuindo a complexidade das questões levantadas no que diz respeito à sua verificação empírica, a pesquisadora logo adverte: “qualquer sondagem sobre a leitura em meios operários se arriscará a ficar na mera constatação de que a in-

dústria cultural provê o único alimento dos sujeitos considerados" (pág. 82).

(Aliás, para saber isso bastaria recorrer aos arquivos dos departamentos de pesquisa das empresas editoras de jornais e revistas ou das agências de propaganda, que possuem estatísticas bastante acuradas e precisas sobre tais hábitos).

O que fazer então? A solução proposta, longe de resolver a questão, acaba por criar uma armadilha que enreda a pesquisadora em suas próprias malhas: "a não ser que o pesquisador tente ir além da pergunta 'o que lê uma operária?' e indagar das potencialidades realizáveis nos entrevistados ('o que gostaria de ler uma operária?')" (pág. 83). Ingenuamente, crê ter resolvido o problema recorrendo às próprias entrevistadas, sem levar em conta que o dado empírico, neste caso, é apenas a manifestação mais externa de condicionantes estruturais globais que operam para além do plano da consciência individual.

O resultado é óbvio: uma operária, leitora de revistas sentimentais, lê principalmente fotonovelas, horóscopos e assuntos sobre a vida doméstica e *prefere ler...* os mesmos temas.

Seria preciso recorrer a Lucaks e a Goldmann e discutir os conceitos de *consciência real* e *consciência possível* para tentar elucidar essa questão, mas isso alongaria esse trabalho além de seus objetivos. Goldmann, em seu artigo "Consciência Possível e Comunicação" faz considerações bastante interessantes sobre a possibilidade de pesquisa da "consciência possível" fora dos quadros da sociologia descritiva convencional. (*) De qualquer forma, é fácil perceber que se está seguindo uma pista metodológica errada ao se supor que "só o confronto destes hábitos com as *aspirações declaradas* pode testar com objetividade a hipótese geral lançada atrás, pela qual a leitura mais procurada pelas operárias responde prin-

* "L'importance du concept de conscience possible pour la communication", publicado em português por Gabriel Cohn, no livro: *Comunicação e Indústria Cultural*, São Paulo, CEN, 1971.

principalmente a tendências compensatórias, evasivas, gratificadoras” (pág. 83).

A tentativa de conjugar, em um mesmo estudo, categorias analíticas explicativas, inspiradas no modelo marxista, com levantamentos de dados empíricos de caráter descritivo, é uma temeridade a que já se expôs mais de um cientista social. Fernando Henrique Cardoso demonstra a atualidade do tema ao comentar as dificuldades de operacionalização do conceito de “classe social” marxista em pesquisas de campo que utilizam amostragens populacionais. (*) Embora sem explicitá-las, a autora demonstra várias vezes suas dificuldades metodológicas. Comentando, por exemplo, como se poderia responder à pergunta: “existe uma cultura especificamente operária?” conclui: “fosse qual fosse o resultado da pesquisa e a natureza dos dados empíricos colhidos em certo momento, impõe-se ao espírito do pesquisador a dimensão da História, em que dados diferentes já se manifestaram” (pág. 162), e logo adiante: “além desses hábitos devem existir, por hipótese, caracteres específicos da classe operária, visíveis ou não a olho nú, captáveis ou não pelo aqui-e-agora de uma pesquisa” (pág. 163).

Mais uma vez fica patente a necessidade de uma perspectiva teórica e metodológica clara, sejam quais forem as tendências do pesquisador, que oriente não só a reflexão e a análise mas a própria observação empírica. Em Ecléa Bosi a falta de uma proposta própria provoca a ida e volta do dado empírico à teoria, e não saber exatamente o que fazer com o material pesquisado, até chegar ao limite da auto-negação da pesquisa, ao declarar: “um exame do passado desses grupos ajuda a transcender a *pseudoconcreticidade* dos dados empíricos e dirige nossa atenção para ocorrências não-visíveis no momento, mas possíveis. Acreditamos na possibilidade de uma cultura operária revendo o seu passado, diferente, sim, da situação atual” (pág. 163).

A chave para o entendimento das ambiguidades do pen-

* Cardoso, F. H., *Autoritarismo e Democratização*.

samento da autora parece estar em seu interesse não só por aquilo que é (ou parece ser) cultura de massa e cultura popular, mas pelo que acredita que *deve ser* e pelas teses que advoga quanto ao papel do intelectual nesse contexto.

As tomadas de posição são claras. Não se pode acusá-la de omissão nesse ponto. Ecléa Bosi está profundamente interessada na possibilidade “de uma intervenção ativa das comunidades culturais no campo das comunicações de massa” e acredita que essa possibilidade é “de colaboração e crítica construtiva”, “de luta por uma cultura de proposta” contra uma “cultura de entretenimento”.

Coloca problemas éticos quanto ao papel do intelectual: “a sua atitude não deve ser nem a de polêmica aristocrática contra os meios de massa, nem a cegueira ante sua periculosidade”. (pág. 169).

Assume compromissos com a realidade que procura apreender: “depois de descobrir carências, percebemos que elas nos comprometem”. Comprometimento que gostaria de levar ao limite de poder falar em nome do operário a partir da perspectiva que ele próprio tem da realidade: “assumir uma visão operária do mundo é um serviço difícil, um limite que tentamos alcançar, um caminho a percorrer”. (pág. 169)

Acredita que os meios de comunicação de massa devem servir à cultura popular e que a pesquisa pode contribuir para isso, pois “os seus resultados afetam o coração mesmo de qualquer planejamento democrático em áreas prioritárias como a Educação e a Cultura” (pág. 23).

Fortemente influenciada pelo papel formador que entrevê para a função social da literatura (afinal o livro é apresentado por Dante Moreira Leite, prefaciado por Otto Maria Carpeaux e dedicado a Alfredo Bosi), constata com Sartre que “escrever é desvendar o mundo” e tem suficiente abertura intelectual para vislumbrar até mesmo na fotonovela popular uma possibilidade de uso: “um sopro renovador poderia alterar contexto, meio, mensagem e exercer em benefício da operária uma pe-

dagogia visual. A fotonovela subverteria sua função obscurantista. O meio em si poderia falar a favor do homem" (pág. 135).

Vista dessa perspectiva ideológica, a sua recusa do dado empírico não estaria no temor de que ele talvez contrarie suas expectativas de possibilidade de intervenção na realidade?

Por exemplo, após constatar que "o mesmo sistema que com finalidade mercantilista despoja suas tarefas (do operário) de todo interesse e vida, vai explorar comercialmente a necessidade de evasão" (pág. 154). Que "a imprensa de massa se dirige ao trabalhador não como membro de um público especial, mas como a um consumidor anônimo, debilitando em sua consciência o sentido e a significação de sua classe" (pág. 157), parte para um discurso abertamente ideológico: "se considerarmos a classe operária como um público urbano e nos interrogarmos sobre os traços próprios de sua cultura veremos que esta contém, como a popular, elementos lúdicos e cognitivos. Ontem o operário teve sua cultura de folk como lavrador; amanhã vai se integrar na cultura urbana; hoje pode viver uma fusão das duas culturas. Mas, se existe uma cultura operária específica, ainda que por um lapso de tempo, ela nos parece dirigida para o conhecimento e a ação e não para a evasão... Conservando resíduos artesanais, rurais ou populares indistintamente, ela é sempre engajada quando se corporifica em algum lugar ou tempo" (pág. 166).

O livro termina com a questão "como situar este trabalho no conjunto dessas análises?" Além da louvável intenção de contribuir para uma visão do operário a partir de sua própria perspectiva e não daquilo que o intelectual acredita que ele seja, propõe: "esta pesquisa foi realizada na véspera, antes dos fatos, isto é, antes da formação de uma comunidade de leitores. *Devemos trabalhar para sua existência através da formação de bibliotecas de bairro, de paróquia, de fábrica*" (pág. 169).

Parece que a autora cultua a visão ingênua de um progressismo cultural fatal, a crença de que o simples aumento da leitura por parte do operário lhe seria benéfica do ponto de vista da busca de identidade social. Mas, e se essa lei-

tura continuar carregada do mesmo “conteúdo mercantilista”, distanciada dos reais interesses da classe operária, até que ponto terá ela um papel diferente dos demais meios de comunicação na formação da consciência de classe? Além disso, para quem iniciou a discussão falando em “estruturas sócio-econômicas”, torna-se incompreensível considerar que bibliotecas paroquiais possam ter qualquer influência decisiva no processo de alteração da estrutura de dominação cultural em que se encontra a classe operária.

A autora discute a essa altura as posições de Lazarsfeld e Adorno em torno da questão do papel do intelectual, geralmente colocada em uma perspectiva política de alternativa entre o protesto isolado ou a negação total do modelo político. Negando a posição do intelectual “que se abstém de toda prática, esgotando-se na crítica”, defende a possibilidade “de uma mudança que vem à luz sob a pressão de um agregado de forças infinitesimais, cuja somatória permite um salto qualitativo”.

Trazendo a discussão para a atualidade e para nossa própria realidade, caberia lembrar a importante contribuição de Carlos Guilherme Motta em “Ideologia da Cultura Brasileira” (*) a respeito das vinculações entre política, vanguarda cultural e integração capitalista, quando observa que “a intelectualidade mais progressista, vivendo o colapso do populismo, viu-se obrigada a renunciar ao ideal mannheimiano de intelectual (sempre acima e à frente do processo histórico) e a integrar-se no sistema, ou, num outro caminho, a partir para posições mais radicais, fora dos quadros consentidos”.

Ecléa Bosi possivelmente não aceitaria essa interpretação, uma vez que acredita na possibilidade de atuação do intelectual dentro do sistema, sem obrigatoriamente estar a serviço dele.

Tem uma visão mais otimista do processo.

Quem está com a razão — pessimistas ou otimistas? — é sem dúvida uma questão em aberto, que em última análise

* MOTA, Carlos Guilherme, *Ideologia da Cultura Brasileira* (1933-1974). São Paulo, Ática, 1977, p. 248.

cabará à História esclarecer. O importante do ponto de vista deste trabalho é que cabe a cada um o direito de escolher de que lado se engajar, contanto que se tenha a lucidez de separar o que é engajamento do que é *intenção* de diagnóstico correto da realidade. Não confundir o “dever ser” com o que “é”.

É possível que se veja nesta última argumentação uma posição weberiana de neutralidade científica. Para não dar margem a confusões ou acusações de visão simplista do problema é que se sublinha acima a palavra “intenção”, pela qual se pretende destacar a busca de objetivação científica e não a crença na objetividade. Busca que deve ser orientada pelo esforço de pôr à prova métodos e teorias e testar sua força explicativa. Porque sem teoria e método não há como alcançar a objetivação e sem visão “cientificamente objetivada” a prática não pode ser produtiva.

* * *

Alguns comentários de natureza empírica

Tem predominado na sociologia da comunicação que recorre ao dado empírico a utilização de métodos estatísticos que apanham o indivíduo isoladamente e o classificam segundo diversos tipos de categorização (nível de renda, idade, sexo, estilo de vida, etc.). As interpretações dos resultados geralmente levam a uma visão de sociedade “atomizada” e “homogeneizada”, na qual o indivíduo se isola ou se refugia nos grupos primários.

Gabriel Cohn, em *Sociologia da Comunicação*, lembra o fato de que algumas alternativas têm sido usadas, como a técnica de “painéis”, que procuram apanhar os indivíduos em relação interpessoal (como os clássicos estudos de Lazarsfeld e seu grupo sobre processo eleitoral nos Estados Unidos) ou a “metodologia contextual” proposta por Raymond Boudon. Cabe lembrar ainda o uso de técnicas experimentais bem sucedidas, na área da psicologia da percepção e persuasão dos meios de comunicação, desenvolvidas por Karl Hovland.

De qualquer forma, nenhuma dessas alternativas tem conseguido apanhar os indivíduos em relações dinâmicas, dentro de estruturas coletivas, e acabam ficando ao nível da sociologia descritiva, sem poder analítico explicativo.

Evitando esses tipos de enfoque, Ecléa Bosi adota uma metodologia de observação diferente, bastante produtiva e rica de achados. Procedendo a um tipo de coleta de dados que poderia ser chamada de etnológica, utiliza a técnica da entrevista aberta. Procurando sondar uma pequena comunidade de operárias, tenta pegar esse micro-universo como um conjunto estruturado, que ocupa um lugar específico dentro da estrutura de classe mais abrangente.

Na condução do trabalho de campo e na análise específica do material coletado incorre, entretanto, em alguns viéses que seria interessante apontar.

O primeiro deles diz respeito a uma certa tendenciosidade na formulação das perguntas, que acabam por favorecer a aceitação da hipótese central. São perguntas do tipo "conte alguma coisa que leu ultimamente numa revista e que *tocou seu sentimento*", "... que leu ultimamente num jornal e que mexeu com você", "... de que tratava um livro... e que lhe *causou emoção*".

A perguntas desse tipo só poderiam surgir respostas de conteúdo emotivo e não se justifica a conclusão, baseada nesse conjunto de perguntas, de que "a especificidade de interesses do grupo sugere a dominância de um fator emotivo e parece afastar da leitura o interesse cognitivo". Se o viés não foi intencional, nem consciente (e não há porque pôr em dúvida a honestidade da pesquisadora) nem por isso deixa de levantar dúvidas sobre a validade de certas conclusões.

Uma segunda restrição refere-se ao desconhecimento do mercado de leitura de massa no Brasil, ou melhor dizendo, a não consideração dos aspectos do mercado na análise. Por exemplo, refere-se várias vezes à "nossa" fotonovela, entrando em minuciosas considerações sobre o seu conteúdo, sem observar que a "nossa" fotonovela, a exemplo dos "enlata-

prada pelas grandes editoras (Abril, Block) e apenas traduzida para o mercado brasileiro. É ainda baixa a produção de fotonovela local e os que existem são de nível técnico bem inferior às européias.

Poder-se-ia também discutir a validade de utilizar o conceito de "literatura de massa" para publicações que atingem um público bastante reduzido em termos de representatividade populacional. Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), em 1974 a circulação das principais revistas brasileiras oscilava entre 150 e 250 mil exemplares, sendo que no setor fotonovelas e infantis, os maiores, atingia no máximo 400 mil exemplares por mês.

Não é por acaso que os estudiosos da marginalidade social estão agora se voltando para a cultura popular, já que essa marginalidade é também cultural, de acesso aos bens culturais.

Esses viéses mais evidentes, poderiam talvez ser atribuídos a certas limitações da formação da pesquisadora. Ecléa Bosi é psicóloga e não socióloga, e sua pouca experiência sociológica é patente na obra. Não teria sido mais produtivo ela ter tentado se ater a uma perspectiva mais própria da psicologia social, que tem evidentemente importante contribuição a dar ao estudo da comunicação?

Além disso, parece ter apenas uma vivência acadêmica, de professora universitária e estudiosa, e como todo estudioso sofre limitações por estar distanciada de certas questões concretas que só uma participação mais ativa ou mais próxima da realidade estudada pode dar. Dando destaque às suas próprias conclusões, "assumir uma visão operária (assim como qualquer outra que não a nossa própria) é um exercício difícil, um limite que tentamos alcançar, um caminho a percorrer", um exercício do qual nem sempre se sai ileso e com as mãos limpas, poderia se acrescentar.